



Índice

- 01** Terra indígena Buriti é avaliada em R\$ 80 milhões
- 02** Calaram Nísio Gomes: que a justiça não se cale!
- 03** Regional do Cimi na Amazônia Ocidental é invadida
- 04** Instrumentos de Gestão Territorial e Ambiental são debatidos no 4º Módulo da Formação em PNGATI para o Sul e Sudeste
- 05** A luta pela titulação do Quilombo da Fazenda, em Ubatuba, São Paulo
- 06** Comunidades quilombolas do Maranhão ocupam Estrada de Ferro Carajás, em Itapecuru-Mirim
- 07** Documento final da 1ª Conferência Mundial dos Povos Indígenas
- 08** ONU diz que vai lutar contra marginalização e exclusão de povos indígenas
- 09** Mesmo com alertas da UFMG e MPF, Ibama libera mineroduto
- 10** 27 favoritos para o Senado possuem R\$ 480 milhões
- 11** Nota de repúdio do povo Apinajé contra a proposta de criação do INSI
- 12** Produção de óleo de andiroba vira fonte de renda para extrativistas no AP
- 13** Garimpeiros precisam se organizar para voltar a extração no Madeira
- 14** Pastor Candidato quer eliminar referências públicas das religiões afro-brasileiras na Bahia



- 15** PF faz busca na BA e no DF para apurar fraude de órgão federal de saúde indígena
- 16** Primeira etapa de projeto apoiado pela Seind é concluída no rio Negro
- 17** Mutirão de documentação atende em Alta Floresta d'Oeste
- 18** Livro que fala sobre biopirataria e os povos indígenas será lançado nesta quinta em Campo Grande
- 19** Indígenas de RO podem concorrer a vagas reservadas e bolsas de estudos
- 20** MA – Quilombolas ocupam EFC há dois dias e iniciam greve de fome
- 21** Reservatório de Três Marias está em situação de alerta com a seca do Rio São Francisco
- 22** Nota de apoio da RBJA às comunidades quilombolas do Maranhão
- 23** Velho Chico: Cavalo passa, mas balsa não
- 24** Governo quer remover aldeias e alagar área indígena para construir usinas no Tapajós, por Felipe Milanez
- 25** Governo apresenta proposta do INSI, mas servidores rejeitam
- 26** Conselho do povo Terena repudia a implementação do INSI
- 27** Articulação Amazônia realiza encontro sobre Grilagem de terra e regularização fundiária
- 28** Denúncia e Solicitação de Providências ao grave Conflitos e Ameaça à Comunidade de Caraíva no Norte de Minas Gerais
- 29** Projeto para índios e comunidades tradicionais seleciona instituição



Boletim de Notícias - Edição nº 171/ 2014

Brasília, 25 de setembro de 2014.

30 [Visita à comunidade quilombola encerra Encontro de Defensores do Maranhão](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 171/ 2014

Brasília, 25 de setembro de 2014.

Terra indígena Buriti é avaliada em R\$ 80 milhões

SÍTIO NOTÍCIAS DA PECUÁRIA, 24.09.2014

A Terra indígena Buriti, localizada entre os municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti (MS), palco de diversos conflitos entre índios e produtores rurais, vale R\$ 80 milhões.

Carla Layane

A informação foi divulgado pelo Instituto de Colonização Agrícola e Reforma Agrária (Incra) e o documento da inspeção do local foi encaminhado para o Ministério da Justiça, em Brasília (DF).

Para chegar ao valor, o Incra afirmou que seguiu as regras das Norma Brasileira de Avaliação de Imóveis Rurais.

Porém os produtores não concordam com este valor e, segundo eles, uma perícia particular avaliou as terras em R\$ 124 milhões.

O caso deverá ser resolvido na Justiça.

Com informações Correio do Estado



Calaram Nísio Gomes: que a justiça não se cale!

SÍTIO CIMI, 24.09.2014

Pela manhã o sol que nasceu para iluminar a aldeia Kaiowá de Guaiviry no Mato Grosso do sul, trouxe junto com sua luz um misto de expectativa e esperança. É uma data histórica não somente para a aldeia, mas como para todo o povo Kaiowá. Hoje às 14 horas no prédio da Justiça Federal de Ponta Porã começam as oitivas das testemunhas de acusação arroladas pelo Ministério Público Federal referentes ao caso do assassinato da liderança Kaiowá, Nísio Gomes. Onze testemunhas serão ouvidas em Ponta Porã, outras mais serão escutadas em outras cidades e(ou) por precatórias. Para os Kaiowá é tempo de justiça.

Sobre o caso:

A comunidade indígena Guarani/Kaiowá de Guaiviry, em 01 de novembro de 2011, com um grupo de aproximadamente 68 pessoas, dentre elas, homens, mulheres, crianças e idosos - retomaram parcela de seu tekoha (território tradicional), localizado no município de Aral Moreira/MS.

O acampamento se localiza ainda hoje, na Fazenda Nova Aurora, entre os municípios de Aral Moreira e Ponta Porã, sob propriedade de Ruth dos Santos Martins e, naquela época era arrendado a Luiz Antonio Ebling do Amaral.

Vale ressaltar que a área reivindicada pela comunidade consta no TAC[1] – Termo de Ajustamento de Conduta – assinado entre o MPF e a Funai visando a demarcação de diversas áreas Kaiowá e Guarani do Estado, e está sob processo de identificação e delimitação atualmente.

Consta nos autos, que após os fazendeiros terem conhecimento de que havia indígenas ocupando a área, desprezaram totalmente a via judicial e resolveram por contra própria fazer a retirada dos indígenas.

O primeiro passo foi ofertar dinheiro aos indígenas, por intermediação de outro indígena e, prontamente recusado pela comunidade de Guaiviry, segura e convicta de estar ocupando seu território tradicional.

E, temerosos de outras ocupações, os fazendeiros continuaram suas articulações para expulsão violenta da comunidade, que no entendimento deles seria mais eficaz que esperar uma posição judicial.

Na véspera do ataque do dia 17 de novembro de 2011 se reuniram todos os seguranças da empresa GASPEM (hoje fechada por ação do MPF) e os fazendeiros em uma fazenda para aguardar a chegada do próximo dia, o dia do ataque.

CONT.



Às 6h do dia 18 de novembro de 2011, iniciou-se o ataque, mais de 10 homens armados com espingardas calibre 12 caminharam até a entrada da mata onde estavam os Guarani/Kaiowá acampados, e protagonizaram um imenso tiroteio contra o grupo na intenção de expulsá-los, sendo surpreendidos pela resistência dos Guarani/Kaiowá, acabaram ferindo fatalmente o cacique Nísio Gomes e provocando lesões corporais em um outro menor.

Nísio Gomes foi ao chão com ao menos quatro tiros, seus familiares tentaram se aproximar do rezador, só que foram impedidos pelos capangas que arrastavam o corpo do indígena até uma camionete fora da mata e desapareceriam com o corpo.

Em outra camionete, os demais 'seguranças' fugiram do local.

No passo das horas, foi aberto inquérito policial para investigação e posteriormente, houve a denúncia pelo Ministério Público Federal de 19 acusados pela prática de homicídio qualificado, lesões corporais, e porte ilegal de armas e formação de quadrilha ou bando fundados nos arts. 129 e 121, §2º, incisos I e IV, 211, 228, § único c/c 29, todos do Código Penal e art. 14 da Lei nº 10.826/2003, e art. 59 da Lei 6.001/1973.

Cumprir ainda esclarecer que durante as investigações pela Polícia Federal, se cogitou que Nísio Gomes estivesse vivo e morando no Paraguai, o que levou a Polícia Federal junto com a Força Nacional do Paraguai realizassem buscas nas aldeias daquele país, na procura do paradeiro de Nísio Gomes, deparando com total frustração.

Mais tarde, determinada testemunha entregou o jogo, revelou que recebia dos fazendeiros para prestar informações inverídicas à Polícia Federal sobre a possível sobrevivência do Cacique.

Dentre os 19 acusados, três são fazendeiros, 1 de seus funcionários, 2 advogados, 1 presidente do sindicato rural de Aral Moreira, 12 são da empresa Gaspem Segurança LTDA, entres estes, o proprietário e o administrador foram denunciados, havia ainda durante as articulações dos fazendeiros a presença de servidores da Funai mas, estes não foram denunciados.

O caso em tela teve repercussão mundial, pois ocasionou a prisão preventiva de diversos dos acusados, um deles, o proprietário da GASPEM que somente teve sua prisão preventiva substituída por prisão domiciliar devido a ter sofrido uma tentativa de homicídio no correr das investigações, e hoje se encontra com graves problemas de saúde.

Ademais, tal acontecimento infelizmente, reflete, substancialmente, a grave violação de direitos fundamentais das comunidades indígenas, sua vulnerabilidade frente a esses constantes ataques, ocasionados pelo preconceito, discriminação e a instigação ao ódio, e pela morosidade do poder público com a questão indígena no Estado.

Vale consignar que Mato Grosso do Sul registra números altos de mortes de lideranças indígenas que foram mortas em conflito fundiário, e nesses casos sempre tem empresa de segurança privada ou serviço de pistolagem envolvido, exemplo: Cacique Marcos Veron, 72 anos, assassinado em 13.01.2003 (Ação Penal nº 2003.60.02.000374-2, 1ª Vara Federal de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 171/ 2014

Brasília, 25 de setembro de 2014.

Dourados, MS); Dorival Benites, 36 anos, assassinado em 26.06.2005 (Ação Penal no 2005.60.06.000984-3, 1ª Vara Federal de Naviraí – MS); Dorvalino Rocha, 39 anos, assassinado em 24.12.2005 (Ação Penal no 2006.60.05.000152-9, 1ª Vara Federal de Ponta Porã/MS); Xurite Lopes, 73 anos, assassinada em 09.01.2007 (2007.60.05.00157-1, na 1ª Vara Federal de Ponta Porã/MS); Ortiz Lopes, 46 anos, assassinado em 08.07.2007 (Inquérito Policial nº. 046/2007 na Polícia Civil de Coronel Sapucaia – MS); Oswaldo Lopes, assassinado em 29.05.2009; Genivaldo Vera e Rolindo Vera, assassinados em 29.10.2009 (Inquérito Policial nº. 181/2009. Polícia Federal de Naviraí); Teodoro Ricarde, assassinado em 27.09.2011; Nísio Gomes, assassinado em 18.11.2011 (Inquérito Policial nº. 0562/2011 PF/Ponta Porã).

Por fim, espera-se que a justiça seja apresentada ao caso, para trazer solução, acalmar a dor de um povo e fazer valer a memória de Nísio. Que encontrem o corpo do Cacique de um povo que luta por direitos fundamentais, esquecidos na Constituição Federal.

[1]<http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2010/08/mpf-cobra-na-justica-cumprimento-de-tac-das>



Regional do Cimi na Amazônia Ocidental é invadida

SÍTIO CIMI, 24.09.2014

A sede Regional do Conselho Indigenista Missionário – Cimi foi invadida na madrugada de segunda-feira. Os bandidos arrancaram grades e forros do teto para terem acesso ao que queriam. De todos os equipamentos existentes na sede nenhum foi levado, exceto um HD externo no qual realizamos o backup da contabilidade.

Os bandidos sabiam o que queriam porque, segundo a própria perícia realizada no local, todos utilizavam luvas e foram direto às salas da contabilidade e da coordenação. Reviraram arquivos, cortaram os fios de conexão dos computadores e espalharam objetos.

O que procuravam tinha um imenso valor para eles, pois para conseguirem o que queriam tiveram que arrombar duas grades e ainda o forro do teto, além de terem que vasculhar tudo atrás do HD e provavelmente terem que checar os dois PC, o da coordenação e o da contabilidade. Se repararem na imagem da grade do banheiro, uma das que foram arrombadas, verão que se trata na verdade de duas grades. Uma interna e outra externa, o que demonstra que a intenção de pegar o que buscavam era realmente grande, questão de vida ou morte para os bandidos.

Nós, do Conselho Indigenista Missionário Regional Amazônia Ocidental, entendemos que nosso trabalho mexe com interesses poderosos capazes de tudo para continuarem a espoliação dos territórios e subjugando povos e comunidades. Entretanto, denunciemos e repudiamos toda e qualquer forma de violência, seja contra os povos indígenas e trabalhadoras e trabalhadores das comunidades, seja seus apoiadores e aliados, como é o caso do Cimi.

Denunciemos ainda que por diversas vezes nossos agentes sofreram e vem sofrendo ameaças e intimidações. Lembramos também os diversos arrombamentos ocorridos na sede da Comissão Pastoral da Terra e que ainda permanecem sem a devida explicação ou punição de um único responsável que seja. A continuar dessa forma seguiremos assistindo o assassinato de líderes indígenas, trabalhadoras e trabalhadores rurais, como se não houvesse qualquer vestígio de autoridade e lei. A pergunta é: até quando?

Continuaremos exigindo das autoridades medidas de proteção aos trabalhadores e trabalhadoras, povos e comunidades e aos agentes apoiadores e solidários às causas desses povos e dessa gente sofrida e historicamente roubada, saqueada e espoliada.



Instrumentos de Gestão Territorial e Ambiental são debatidos no 4º Módulo da Formação em PNGATI para o Sul e Sudeste

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.09.2014

O tema principal foi "Instrumentos de Gestão Territorial e Ambiental e Protagonismo Indígena", que teve como objetivo identificar e debater os instrumentos e mecanismos de implementação da PNGATI, e como estes se aproximam das discussões de políticas públicas para os povos indígenas nas regiões Sul e Sudeste.

Entre os dias 25 a 29 de agosto, na Academia Nacional da Biodiversidade (Acadebio) em Iperó (SP), aconteceu o 4º Módulo do Curso Básico de Formação em PNGATI – Bioma Mata Atlântica Sul e Sudeste. Nessa etapa, o tema principal foi "Instrumentos de Gestão Territorial e Ambiental e Protagonismo Indígena", que teve como objetivo identificar e debater os instrumentos e mecanismos de implementação da PNGATI, e como estes se aproximam das discussões de políticas públicas para os povos indígenas nas regiões Sul e Sudeste. O módulo também debateu a interface entre os sistemas de conhecimentos indígenas e os sistemas ocidentais, favorecendo o diálogo de saberes de modo a produzir informações qualificadas que também viabilizam a implementação da Política. Para mediar as discussões, foram convidados como instrutores, representantes de órgãos de governo, sociedade civil organizada e povos indígenas que estão a frente de políticas ou experiências se inserem no escopo da PNGATI e que podem contribuir com a gestão ambiental e territorial de terras indígenas. Essas iniciativas relatadas foram nas áreas de: plano de gestão, manejo e recuperação ambiental, monitoramento e proteção territorial, atuação em conselhos, educação, segurança alimentar, geração de renda entre outros.

O curso é uma parceria entre a Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul), Projeto GATI (Gestão Ambiental e Territorial Indígena), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF). Conta ainda com o apoio da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GIZ) e Academia Nacional da Biodiversidade (Acadebio). O 5º Módulo será realizado de 17 a 21 de novembro.

4º MÓDULO CURSO PNGATI SUL E SUDESTE **Formação e Gestão**

Cláudia Bandeira, da Coordenação Geral de Promoção a Cidadania (CGPC) da Funai sede, fez um apanhado das iniciativas de formação escolar indígena em curso no Sul e Sudeste e de que forma os indígenas poderiam estar realizando parcerias com universidades, centros de pesquisa e institutos federais para desenvolver os seus projetos de educação.

O coordenador da Arpinsul, Marciano Rodrigues, falou da importância da realização dos

CONT.



intercâmbios, seja entre povos indígenas ou com não indígenas, a fim de se estimular a compreensão da diversidade e as diferenças culturais e de conhecimentos. Segundo Rodrigues, o intercâmbio é um importante instrumento que pode ser utilizado em iniciativas de gestão.

Já o indígena Cristiano Lima, do povo Guarani, relatou a experiência da sua aldeia, a Renascer, localizada em Ubatuba (SP), que desenvolve junto com a escola, ações de replantio de espécies nativas como a jussara, pupunha. Essa ação contempla ainda o plantio de horta comunitária que é usada, sobretudo para promover uma boa alimentação para os estudantes.

Proteção Territorial

Os indígenas Adailton Bezerra Xakriabá e Milton Katam Kaingang foram convidados para relatar as experiências de proteção que estão acontecendo nas suas terras. O primeiro, Adailton, falou do Consep – Conselho de Segurança Pública, dos Xakriabá (MG) que atua na segurança interna das aldeias e para isso, faz parcerias com órgãos como Ministério Público, a Polícia Civil e Militar, os Conselhos Tutelares e escolas dentre outros. O Conselho tem promovido ações de prevenção contra a violência, uso de ilícitos, crimes e etc, e tem alcançado resultados positivos com redução de ocorrências.

Milton Katam Kaingang relatou a atuação dos monitores territoriais da TI Manguueirinha (PR). Trata-se de um grupo formado por meio da CGMT (Coordenação de Gestão Ambiental e Territorial) da Funai, que faz o monitoramento da TI, a fim de coibir invasões, caça e retirada ilegal de recursos naturais. Milton falou também da atuação da Aproinma (Associação dos Produtores Indígenas de Manguueirinha) na gestão das ações de agricultura de lavoura na TI e na administração do ICMS Ecológico.

Já o jornalista Cristiano Navarro, trouxe a temática do audiovisual e outras ferramentas da comunicação social que podem ser usadas em movimentos de gestão e autonomia indígena. Navarro falou do importante papel dos vídeos produzidos pela Comissão Guarani Yvyrupa CGY junto aos protestos dos Guarani da grande São Paulo(saiba mais). E ainda do grupo de jovens indígena Guarani Kaiowá, os Brô MC's (saiba mais), e seus raps com mensagens de protestos, que retratam a realidade desse povo no Mato Grosso do Sul.

Gestão Ambiental

Kátia Torres, do ICMBio, abordou a questão do "monitoramento participativo da biodiversidade" como instrumento de gestão. A mesma explicou os conceitos que abrangem a prática e suas etapas. Trouxe exemplos concretos de monitoramento participativo, como o da Cooperafloresta na Barra do Turvo (SP). Por meio de trabalhos de grupo, Torres provocou os cursistas a apontarem questões que afetam as comunidades indígenas que seriam passíveis de monitoramento. Os cursistas apontaram questões não só relacionadas à biodiversidade (fauna e flora) como as que se referem a questões sociais, como geração de renda, empreendimentos, má qualidade na atenção à saúde, entre outros.

Outra apresentação relacionada ao tema foi feita por Marciano Rodrigues (Arpinsul) e Thiago Valente (biólogo e mestre em agroecologia pela UFSCar). Falaram da experiência de levantamento da agrobiodiversidade tradicional das comunidades Guarani-Nhandewa, que registrou espécies plantadas pelos indígenas. A experiência está documentada num artigo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 171/ 2014

Brasília, 25 de setembro de 2014.

escrito por Rodrigues, Valente e Luiz Norder e publicado na revista "Espaço Ameríndio", para ter acesso clique AQUI.

<http://twitter.us3.list-manage1.com/track/click?u=37099afc6b3fe6c9fbcec7684&id=d8536ae10b&e=9a64b06db6>

Etnodesenvolvimento e Gestão Ambiental

Pedro Cordeiro, colaborador do Projeto GATI, compartilhou a experiência de coleta e comercialização da erva mate da TI Marrecas (PR), que envolve a conservação da floresta com araucária e valoriza as práticas indígenas por meio do manejo sustentável de erva nativa, orgânica e certificada.

Sobre acesso aos programas da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) a gestora Ianella Loureiro, da Gerencia de Produtos, da Sociodiversidade (Conab), falou do PPA – Programa de Aquisição de Alimentos e da PGPM-Bio – Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociodiversidade, e como os indígenas podem acessá-los.

A Coordenação Geral de Promoção Desenvolvimento Sustentável (CGPDS), representada pela coordenadora Patrícia Neves, fez um balanço da "Ação de Distribuição de Alimentos" (ADA), nas regiões Sul e Sudeste, fruto da cooperação técnica entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Funai, Conab, Sesai e outros parceiros.

Já o consultor do Projeto GATI, Dafran Macário, falou do processo de elaboração de Planos de Gestão Ambiental e Territorial (PGTA) e como exemplo trouxe a experiência que está sendo realizada pelo GATI na TI Guarani do Bracuí (RJ).

Outra experiência apresentada foi o caso do PBA (Plano Básico Ambiental) da Usina Hidrelétrica de Mauá, no rio Tibagi, cujos impactos atingiram sete terras indígenas no Paraná. Para falar do assunto foram convidados Paulo Goes, Ivan Bribis e Reginaldo Alves (os dois últimos cursistas Kaingang) que acompanharam todo o processo do PBA. Eles mostraram como as comunidades indígenas se organizaram para enfrentar o problema e a partir de então, monitorar as ações de compensação.

Marcos Sabarú, do povo Tinguí Botó (AL) e membro da APOINME, apresentou a iniciativa em curso implementada pelo seu povo que envolve ações de recuperação ambiental e produção agrícola destinada à segurança alimentar e ao mercado. De acordo com Sabarú, a gestão e o manejo do território contribuem para a organização social e melhoria da qualidade de vida dos Tinguí Botó.

Gestão e Governança Ambiental

Nessa temática, Henyo Barreto, coordenador pedagógico do curso, falou sobre a relação da PNGATI com os demais conselhos e comitês gestores de políticas públicas, a relação dos espaços já conhecidos e ocupados pelos povos indígenas com os seus protocolos próprios de "representatividade", tomada de decisão e participação. Para isso, cada cursista fez um balanço da sua participação nessas instâncias e qual o seu papel como representatividade indígena.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 171/ 2014

Brasília, 25 de setembro de 2014.

Ainda sobre o tema, houve uma roda de conversa com coordenadores regionais da Funai João Maurício da CR Litoral Sul, Roberto Perin da CR Passo Fundo e Cristiano Hutter da CR Litoral Norte, que discutiu junto com os cursistas, formas de implementar a PNGATI garantindo a participação e o compromisso das CRs nessas ações.



A luta pela titulação do Quilombo da Fazenda, em Ubatuba, São Paulo

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.09.2014

Moção de repúdio à postura adotada pela Fundação Florestal no processo de titulação do Quilombo da Fazenda

O Fórum de Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Caiçaras de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP) vem a público manifestar seu REPÚDIO à conduta perversa e opressora da Fundação Florestal-SP que, há anos, vem violando direitos territoriais da comunidade do Quilombo da Fazenda.

Em 20 de janeiro de 2006, foi publicada no Diário Oficial a certidão de auto-reconhecimento emitida pela Fundação Palmares. Em março de 2007, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" – ITESP concluiu o Relatório Técnico-Científico sobre os remanescentes da Comunidade do Quilombo da Fazenda, atestando os direitos dessa comunidade sobre o território que ocupam há gerações.

Em total descaso e desrespeito a toda a legislação vigente, que protege essa população, o processo vem se arrastando na Fundação Florestal – SP, que precisa ser ouvida em razão da sobreposição do território com o Parque Estadual da Serra do Mar – PESM, desde meados 2007.

Além da demora no processo de titulação do território, a comunidade ainda vem sendo estrangulada pelas medidas impostas pelo Parque Estadual da Serra do Mar – PESM que, desde sua criação, restringe e/ou proíbe a população de usar os recursos naturais, de reformar e/ou construir suas casas de moradia, de fazer roças, plantar, prejudicando seus modos de vida e subsistência, limitando e/ou dificultando sua reprodução cultural, social e econômica.

A comunidade do Quilombo da Fazenda representa grupo étnico/tradicional que goza de proteção jurídica constitucional entre outros dispositivos legais.

Representando um avanço no que se refere à proteção legal das populações tradicionais, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, através do decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que tem como principal objetivo:

..."promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento, e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

As populações tradicionais têm, portanto, direito garantido ao território cultural, necessário ao exercício e desenvolvimento das mais diferentes formas de conhecimentos, inovações e práticas culturais como música, contos, lendas, danças, bem como de técnicas artesanais que



Boletim de Notícias - Edição nº 171/ 2014

Brasília, 25 de setembro de 2014.

vão desde o manejo de recursos naturais até métodos de caça e pesca e conhecimentos sobre sistemas ecológicos e espécies com propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas.

Assim, não pode a Fundação Florestal-SP fechar os olhos para as garantias legais que a comunidade do Quilombo da Fazenda possui.

Diante do exposto, exigimos que a Fundação Florestal-SP de continuidade ao processo de titulação do Quilombo da Fazenda com a devida celeridade, e não prejudique o modo de vida dessa população.



Comunidades quilombolas do Maranhão ocupam Estrada de Ferro Carajás, em Itapecuru-Mirim

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.09.2014

Cerca de 500 trabalhadores rurais quilombolas de 35 comunidades negras maranhenses ocupam desde ontem (23) a Estrada de Ferro Carajás, na altura do quilombo de Santa Rosa dos Pretos, Itapecuru-Mirim, no Maranhão.

Diogo Cabral, CPT Maranhão

Na pauta de exigências ao governo federal estão: a assinatura dos decretos para desapropriação das terras que incidem sobre os quilombos de Charco (São Vicente Ferrer) e Santa Rosa Dos Pretos, a garantia de recursos para elaboração dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) de comunidades em conflito como Santana São Patrício, Cruzeiro, Benfica, Aldeia Velha, Juquiri e outras, bem como a desapropriação do imóvel que incide sobre o território de Santa Maria dos Pinheiros.

As comunidades quilombolas também exigem que os processos de consulta prévia, relativa à duplicação da Estrada de Ferro Carajás, respeite a autonomia e organização das comunidades quilombolas afetadas.

Apesar de já informado e ter recebido a pauta, o governo federal ainda não se posicionou sobre vários dos pontos, que estão sendo debatido há pelo menos 4 anos pelas comunidades quilombolas maranhenses.



Boletim de Notícias - Edição nº 171/ 2014

Brasília, 25 de setembro de 2014.

Documento final da 1ª Conferência Mundial dos Povos Indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.09.2014



NACIONES UNIDAS
CONFERENCIA
MUNDIAL
SOBRE LOS
PUEBLOS
INDÍGENAS

UNA REUNIÓN PLENARIA
DE ALTO NIVEL DE LA
ASAMBLEA GENERAL

Funai-Fundação Nacional do Índio
<https://www.facebook.com/Funaioficial?fref=photo>

Em inglês: Acesse aqui.
<http://wcip2014.org/wp-content/uploads/2014/09/N1453491-WCIP-FINAL-DOCUMENT-EN.pdf>

Em espanhol: Acesse aqui.
<http://wcip2014.org/wp-content/uploads/2014/09/N1453494-WCIP-FINAL-DOCUMENT-ES.pdf>



ONU diz que vai lutar contra marginalização e exclusão de povos indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.09.2014

Ana Cristina Campos – Repórter da Agência Brasil

Na abertura da 1ª Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, nesta segunda-feira (22), na sede das Nações Unidas, em Nova York, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, disse que “os povos indígenas estão no centro dos debates sobre direitos humanos e desenvolvimento global”. Ele prometeu lutar contra a exclusão e a marginalização que os indígenas enfrentam.

Segundo a ONU, existem 370 milhões de indígenas de mais de 5 mil comunidades espalhados por 90 países. Eles representam 5% da população global.

De acordo com o secretário-geral, as decisões tomadas nesta conferência terão reflexo por toda a comunidade internacional com efeitos concretos sobre os povos indígenas. Ban Ki-moon disse que entre as principais preocupações estão a posse da terra e os direitos dos grupos.

A conferência mundial deve resultar em um documento sobre a implementação dos direitos dos povos indígenas. O texto deve ser preparado com base em uma consulta aberta com os países-membros da ONU e os povos indígenas.

* Com informações da Rádio ONU

Edição: Denise Griesinger.



Mesmo com alertas da UFMG e MPF, Ibama libera mineroduto

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.09.2014

Sinal verde para a mina, em Conceição do Mato Dentro, pode ser dado na segunda-feira

Ana Paula Pedrosa e Queila Ariadne, O Tempo

O Ibama concedeu nesta terça a licença de operação para o mineroduto Minas-Rio, da Anglo American, que vai levar minério de Conceição do Mato Dentro (MG) a São João da Barra (RJ). O documento foi publicado no site do Ibama, é assinado pelo presidente do órgão, Volney Zanardi Junior e válido por seis anos.

Para emitir a licença, o Ibama desconsiderou os relatos dos órgãos que acompanham o projeto, como o Ministério Público e o Grupo de Estudos em Temáticos Ambientais (Gesta), da UFMG, que apontam problemas na obra.

“Existem muitos problemas no empreendimento como um todo. É um descalabro”, diz a pesquisadora do Gesta/UFMG, Ana Flávia Santos. Em março, O TEMPO percorreu toda a extensão da obra e relatou os impactos econômicos e sociais do projeto, que corta 32 cidades em Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A crise hídrica, que ameaça o abastecimento de água e energia do país, também não impediu o licenciamento. Para funcionar, o empreendimento vai precisar de 2,5 milhões de litros de água por hora. A outorga para a captação já foi concedida pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam). A água sairá do rio do Peixe e é suficiente para abastecer cerca de 393 mil pessoas, o equivalente à população de Montes Claros, no Norte de Minas. O cálculo leva em consideração o consumo de 152,6 litros por dia para cada habitante. Esse foi o consumo médio do país nos últimos três anos, de acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (Snis), publicado pelo Ministério das Cidades.

Mina. A licença de operação é a última etapa do processo de licenciamento ambiental de um empreendimento. Antes dela, é preciso ter a licença prévia e a licença de instalação. Além do mineroduto, o projeto Minas-Rio tem ainda a mina, o porto e as torres de energia que precisam cumprir a última etapa do licenciamento. Cada parte está a cargo de um órgão diferente.

O licenciamento da mina será discutido em reunião da Superintendência Regional do Meio Ambiente (Supram) Jequitinhonha, ligada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Minas Gerais, na próxima segunda-feira. A apreciação foi adiada por 15 dias porque o Ministério Público Estadual pediu vistas ao processo.

O Ministério Público Federal (MPF) expediu uma recomendação contra a concessão da licença.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 171/ 2014

Brasília, 25 de setembro de 2014.

“A Supram não fiscalizou o cumprimento das condicionantes”, diz o procurador Helder Magno da Silva, que assina o documento. O Gesta/UFMG também alega que há mais de 400 condicionantes a serem cumpridas antes do licenciamento.

Obra

Não comentou. A Anglo American não comentou a concessão da licença de operação. O Minas-Rio está orçado em US\$ 8,8 bilhões e sua inauguração já foi adiada várias vezes.

Após teste, córrego tem peixes mortos

No fim de agosto foi registrada uma mortandade de peixes no córrego Passa Sete, em Conceição do Mato Dentro. O fato ocorreu dias após a Anglo American realizar o primeiro carregamento no Minas-Rio, como teste. De acordo com o procurador do Ministério Público Federal (MPF), Helder Magno da Silva, a causa do problema não foi apurada pelo Ibama antes da concessão da licença ao empreendimento.

“Não tem nenhum fato que pudesse causar essa mortalidade que não seja uma contaminação decorrente do empreendimento”, afirma.

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



27 favoritos para o Senado possuem R\$ 480 milhões

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.09.2014

Por Alceu Luís Castilho

Quase meio bilhão de reais. Mais precisamente, R\$ 480.936.788,76. Esse é o total de bens declarados pelos 27 candidatos que lideram as pesquisas ao Senado. Na média, R\$ 17,8 milhões cada um. Dois terços deles são milionários.

É bem verdade que um dos candidatos puxa a média bem para cima. É o tucano Tasso Jereissati, empresário, ex-governador do Ceará, que tenta voltar ao Senado. Ele declarou à Justiça Eleitoral, sozinho, R\$ 389 milhões. Sem ele, a média seria de R\$ 3,37 milhões.

Vejamos o total de bens desses 27 políticos, conforme declarado por eles mesmos ao Tribunal Superior Eleitoral:

- Tasso Jereissati (PSDB-CE). R\$ 389.019,698,60
- Fernando Collor (PTB-AL). R\$ 20.308.319,48
- Acir Gurgacz (PDT-RO). R\$ 10.913.706,83
- José Maranhão (PMDB-PB). R\$ 8.830.629,26
- Wellington Fagundes (PR-MT). R\$ 8.666.604,04
- Ronaldo Caiado (DEM-GO). R\$ 7.232.461,92
- Geddel Vieira Lima (PMDB-BA). R\$ 5.971.124,61
- Kátia Abreu (PMDB-TO). R\$ 4.131.891,79
- Wilson Martins (PSB-PI). R\$ 3.093.163,14
- Álvaro Dias (PSDB-PR). R\$ 2.912.001,70
- Reguffe (PDT-DF). R\$ 2.793.650,22
- Maria do Carmo (DEM-SE). R\$ 2.434.303,97
- Lasier Martins (PDT-RS). R\$ 1.999.326,91
- Omar Aziz (PSD-AM). R\$ 1.650.485,60
- Simone Tebet (PMDB-MT). R\$ 1.575.566,39
- José Serra (PSDB-SP). R\$ 1.553.822,22
- Romário (PSB-RJ). R\$ 1.311.189,82
- Anchieta (PSDB-RR). R\$ 1.157.437,41
- João Paulo (PT-PE). R\$ 999.244,47
- Rose de Freitas (PMDB-ES). R\$ 988.566,00
- Paulo Bornhausen (PSB-SC). R\$ 677.972,59
- Antonio Anastasia (PSDB-MG). R\$ 562.000,00
- Fátima Bezerra (PT-RN). R\$ 558.000,00
- Gladson Cameli (PP-AC). R\$ 514.392,07
- Gilvam Borges (PMDB-AP). R\$ 408.400,00
- Gastão Vieira (PMDB-MA). R\$ 405.037,96
- Paulo Rocha (PT-PA). R\$ 267.791,76

CONT.



A lista dos líderes nas pesquisas foi elaborada a partir de levantamento feito pelo jornalista Fernando Rodrigues, no UOL, que por sua vez se baseou nas últimas pesquisas eleitorais. Confira aqui a disputa para o Senado nos 26 Estados e no Distrito Federal, com a intenção de voto dos principais candidatos.

UM SENADO RURALISTA

A lista tem empresários e donos de vastas extensões de terra. As ações de Tasso Jereissati em uma só empresa, a Jereissati Participações, somam quase R\$ 73 milhões. A família é dona da rede de shoppings Iguatemi.

A maior parte desses favoritos na corrida ao Senado é defensora do agronegócio. Somente o senador Acir Gurgacz (PDT-RO), candidato à reeleição, registrou a propriedade de mais de 31 mil hectares de terra. O ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), quase 8 mil hectares. O líder ruralista Ronaldo Caiado (DEM-GO) registrou 3.539 cabeças de gado. (A pecuarista Kátia Abreu, do PMDB de Tocantins, nenhuma.)

Quatro entre esses 27 políticos têm também concessão de meios de comunicação. O senador Fernando Collor (PTB-AL) possui duas rádios e uma televisão. O deputado federal Wellington Fagundes (PR-MT), uma televisão – com empresa inativa. O ex-governadores José Maranhão (PMDB-PB) e Wilson Martins (PSB-PI), uma rádio cada. Isso sem contar os parentes: o pai de Acir Gurgacz, Assis, seu atual suplente (que tem um patrimônio de R\$ 86 milhões e não concorre à reeleição porque foi considerado ficha-suja), é dono de televisão.

Nem sempre os candidatos ostentam riqueza. Gurgacz registrou um Rolex Daytona Herren-Chronograph no valor de R\$ 22 mil. Ele e Maranhão declararam a propriedade de aeronaves, por R\$ 520 mil e R\$ 120 mil. Collor declarou mais de R\$ 2 milhões em apenas seis carros: R\$ 133 mil (Kia Carnival), R\$ 180 mil (Toyota Land Cruiser), R\$ 323 mil (Citroen), R\$ 343 mil (Mercedes), R\$ 556 mil (Ferrari Scaglietti) e R\$ 714 mil (BMW).

* autor do livro Partido da Terra – como os políticos conquistam o território brasileiro (Editora Contexto, 2012)



Nota de repúdio do povo Apinajé contra a proposta de criação do INSI

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.09.2014

Associação União das Aldeias Apinajé – PEMPXÀ

Nós caciques e membros dos Conselhos Deliberativos, Fiscal e Consultivo e demais lideranças do Povo Apinajé reunidos na V Assembleia Geral da Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ, realizada nos dias 19, 20 e 21 de setembro do corrente ano na aldeia Patizal viemos por meio desta nota pública manifestar contra a proposta do MS de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena INSI, nos seguintes termos:

- a) A Saúde é um Dever do Estado e Direito de Todos;
- b) Nossas comunidades não foram devidamente informadas ou avisadas por nenhum órgão do Governo sobre a proposta de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena;
- c) A proposta já sendo empurrada de cima para baixo de forma autoritária e sem ampla discussão com os representantes do Movimento Indígena e Indigenista;
- d) Os próprios servidores e a Chefe do Polo Base Indígena de Tocantinópolis (TO) afirmam não conhecer a proposta;
- e) Durante V Assembleia da Associação PEMPXÀ realizada na aldeia Patizal, o presidente do Conselho Local de Saúde Indígena Apinagé-CLOSIAP, José Ribeiro Apinagé afirmou ter sofrido ameaças e obrigado assinar um documento concordando com criação do INSI;
- f) Observamos que a proposta de criação do INSI foi pensada e discutida as escondidas somente por pessoas ligadas ao Ministério da Saúde e alguns membros dos CONDISI;
- g) Existem muitas perguntas que precisam ser esclarecidas: Quem e como vai ser feito o Controle Social? Como vamos ser representados no Conselho? Por que a proposta não está sendo discutida com as bases?

Aldeia Patizal, 21 de setembro de 2014.

–



Produção de óleo de andiroba vira fonte de renda para extrativistas no AP

SÍTIO G1/AP, 24.09.2014

Óleo com propriedades medicinais é produzido em comunidade de Macapá. Matéria da TV Amapá faz parte da série 'Amazônia, conhecer para amar'.

Do G1 AP, com informações da TV Amapá

O processo artesanal de produção do óleo de andiroba, comprovado cientificamente como um eficaz anti-inflamatório, cicatrizante e antisséptico, foi destaque em mais uma reportagem da série "Amazônia, conhecer para amar", exibida pela TV Amapá. A série mostrou o processo que dura quase dois meses, iniciando com a coleta do ouriço de castanha na mata, o cozimento e a extração em uma comunidade na Área de Preservação Ambiental da Fazendinha, distante 9 quilômetros de Macapá.

Óleo de andiroba é usado como anti-inflamatório na Amazônia (Foto: Reprodução/TV Amapá) Óleo de andiroba é usado como anti-inflamatório na Amazônia (Foto: Reprodução/TV Amapá)

Os extrativistas do local lamentam que seja cada vez mais difícil encontrar a andirobeira na Fazendinha, devido a exploração predatória na década de 1980, onde as árvores foram cortadas para extração da madeira. As que restaram são usadas pela comunidade como alternativa econômica.

As espécies na mata podem variar de 30 a 50 metros e, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), apresentam características tropicais e podem produzir ouriços em anos alternados. Ou até mesmo não produzir. Na Fazendinha, 696 árvores consideradas boas para a coleta foram catalogadas.

A associação local de extrativistas formada por famílias da região divide as funções para a extração do óleo. Os coletores juntam na floresta as amêndoas, que ficam dentro dos ouriços e são usadas para retirar a massa responsável por expelir o óleo de coloração amarelada.

Ouriço para extração do óleo de andiroba é coletado na mata (Foto: Reprodução/TV Amapá) Ouriço para extração do óleo de andiroba é coletado na mata (Foto: Reprodução/TV Amapá)

As amêndoas são cozidas e colocadas para secar durante 30 dias, em um processo chamado de descanso. Nesse período ocorre a fermentação, onde o óleo concentra o potencial produtivo. Depois do tempo, é a hora da retirada da massa da amêndoa. Segundo a extratora Maria da Silva, o cheiro forte é o indicativo de que está no ponto ideal do óleo.

A massa é pressionada e começa a mudar de forma, e em seguida é passada para a biqueira, que é um pedaço de madeira que afunila em uma das pontas, por onde o óleo escorre. De acordo com a extratora, dez quilos de massa resultam em quatro litros de óleo de andiroba.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 171/ 2014

Brasília, 25 de setembro de 2014.

Na comunidade, a dona de casa Sidiane do Nascimento conta que a ingestão de uma colher de óleo duas vezes por dia faz bem para a saúde. “Tenho sempre em casa. Quando meus filhos estão gripados uso para passar no peito e nas costas deles para aliviar. Na garganta passo para aliviar a dor”, contou.



Garimpeiros precisam se organizar para voltar a extração no Madeira
SÍTIO RONDÔNIA AGORA, 24.09.2014

Garimpeiros que foram retirados do Rio Madeira e tiveram peças de seus equipamentos de extração apreendidos pela Polícia Federal na semana passada, já podem retornar às atividades no mesmo rio. O problema é que a área licenciada provisoriamente pela secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) com a Polícia Federal fica abaixo da localidade de Aliança, região que na linguagem dos garimpeiros é de "areia cega", ou seja, o leito é composto de material improdutivo. "Só dá prejuízo", ilustra Claudia Cantanhede Amorim, uma das lideranças dos garimpeiros.

Para requisitarem uma área aurífera, como querem a partir de cem metros abaixo da ponte recém-inaugurada sobre o rio Madeira, eles precisam se organizar por meio da Cooperativa dos Garimpeiros, Mineração e Agroflorestal (MINACOOOP), detentora do direito de lavra concedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Aí está o grande problema: a constituição diretiva da entidade está sendo questionada na justiça, deixando os extrativistas minerais sem representatividade classista com autonomia para representa-los junto aos órgãos estaduais e federais, como determina a legislação federal.

Essas dúvidas foram esclarecidas na manhã desta quarta-feira (24) em reunião realizada na Assembleia Legislativa, por iniciativa do presidente, deputado Hermínio Coelho, da qual participaram a secretária do Desenvolvimento Ambiental, Nancy Rodrigues, representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e lideranças garimpeiras. Ficou claro na reunião que o grande entrave hoje da categoria é a desorganização classista, patrocinada pela diretoria da própria Minacoop que, ao invés de arregimentar associados, evitava filia-los. Para ter-se uma ideia, num universo de mais de 200 garimpeiros, só 29 eram cooperados.

Para legalizar a situação, agora, os garimpeiros precisam promover nova eleição, o que está sendo providenciado por uma junta governativa, mas que não deverá acontecer antes de 30 dias e, só então, reivindicar junto ao DNPM a concessão de nova área. A questão é a urgência pela sobrevivência das famílias, até porque a tecnologia rudimentar utilizada, com o uso de pequenas balsas que usam mangueiras de sucção de 4 a 6 polegadas, só permite a extração durante cinco meses do ano, no chamado verão amazônico.

"A partir de dezembro temos que parar. Neste ano começamos a organizar nossos equipamentos em julho, começamos a trabalhar em agosto para começar a pagar as contas e agora em setembro já tivemos nossos equipamentos apreendidos. Até resolver toda essa situação burocrática, o ano se foi. E aí, nós vamos sobreviver de quê?", questiona Claudia Cantanhede.

Em outubro do ano passado, Hermínio Coelho conseguiu aprovar na Assembleia uma lei que revogava o decreto de criação da Área de Proteção Ambiental, que envolve toda essa região próxima a Porto Velho, que é reivindicada para extração de ouro pelos garimpeiros. A lei foi vetada pelo governador, mas teve o veto derrubado pelos deputados e acabou promulgada por Hermínio. Tecnicamente, portanto, está em vigência, uma vez que não teve sua constitucionalidade contestada no Supremo Tribunal Federal.



Pastor Candidato quer eliminar referências públicas das religiões afro-brasileiras na Bahia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.09.2014

Por Maria Frô

De todas as propostas esdrúxulas dos mais de 14 mil candidatos a deputado federal nas eleições de 2014, a campanha do pastor candidato, Elionai Muralha, chega ao requinte da intolerância. Ele prega abertamente uma verdadeira caça às bruxas ao patrimônio cultural baiano: quer retirar todas as esculturas dos orixás de locais públicos na Bahia.

Carybé, Jorge Amado, Pierre Verger e tantos outros artistas, escritores e pesquisadores das religiões de matrizes africanas devem estar dando muitas voltas no túmulo e espero que os vivos como Mario Cravo e toda sociedade pensante brasileira reajam.

O que é mais assustador é que o ataque vem de uma pessoa negra. Só Frantz Fanon pode explicar a ignorância fundamentalista do candidato pastor que ataca uma tradição herdada dos africanos que se confunde com a própria identidade baiana. As religiões afro-brasileiras são patrimônio imaterial e as esculturas dos orixás, patrimônio brasileiro. Os orixás são referências culturais transformadas em obras de arte expostas em locais públicos. Mas elas incomodam tanto o pastor que ele deseja retirá-las do dique do Itororó, de praças, tornando a bandeira de sua campanha.

O pastor candidato ignora por absoluto o fato de que nas religiões ancestrais de matrizes africanas, o espaço da natureza é sagrado. Assim como os povos indígenas, o povo de terreiro lida com o mar, as cachoeiras, os rios, as matas como espaços importantes para exercer seus rituais. No entanto, o candidato pastor vai além, ele quer riscar do mapa baiano esculturas que são cartão postal de várias cidades do estado.

Qual será o próximo passo? Fazer terra arrasada das igrejas? Demolir as estátuas de santo católicos nas praças? Imagine um candidato pai, mãe de santo propondo demolir igrejas evangélicas?

Deputado é contra retirada de Orixás do dique
por: Colbert Martins Filho

Caso vingue o argumento que o candidato a deputado federal pastor Elionai Muralha está usando para tentar retirar as estátuas dos Orixás do Dique do Tororó, em Salvador, uma série de privilégios públicos para todas as religiões deverão ser revistos, tais como concessões de TV, doação de terrenos públicos e apoios financeiros para igrejas e até mesmo a isenção de impostos, conforme contra-argumenta o deputado federal Colbert Martins (PMDB).

Colbert destaca que, em matéria publicada na imprensa, o pastor alega que seu argumento se baseia na "isonomia na função social de órgãos e repartições que não podem atender a uma
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 171/ 2014

Brasília, 25 de setembro de 2014.

única crença”, salientando ainda Elionai que “local público não pode ser confundido com local de culto. A Bahia é conhecida de uma única crença: o candomblé. Não tem cabimento”.

“Creio que o ponto de vista do pastor remeta também à proibição de emprego de dinheiro público, ou qualquer serviço ou bem público em benefício de qualquer religião. Pelo meu ponto de vista, a existência dos Orixás no dique é mais uma visão histórica do que propriamente apenas de crença, assim como o Candomblé se confunde com a história da Bahia. A retirada das estátuas seria descabida, uma falta de respeito à história da Bahia e ao candomblé”, afirma Colbert Martins.

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



PF faz busca na BA e no DF para apurar fraude de órgão federal de saúde indígena
SÍTIO EBC, 25.09.2014

Alex Rodrigues - Repórter da Agência Brasil Edição: Davi Oliveira

A Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram, na manhã de hoje (25), uma operação para apurar a existência de fraudes em uma licitação feita na Bahia por órgão da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) em 2013. Doze mandados de busca e apreensão estão sendo cumpridos em Brasília e quatro em Salvador na sede de empresas contratadas pela secretaria, que é subordinada ao Ministério da Saúde.

As autoridades investigam a suspeita de que os envolvidos no esquema frustraram o caráter competitivo do procedimento licitatório, fraudando a licitação. Os investigados também são suspeitos de formação de quadrilha. Uma ação civil pública sobre os desvios já havia sido instaurada desde julho na 14ª Vara do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

As suspeitas vieram a público a partir de denúncias anônimas divulgadas na imprensa, em março deste ano. A partir disso, o Ministério Público Federal (MPF) e o próprio Ministério da Saúde, ao qual a Sesai está subordinada, acionaram a CGU para que auditasse todo o processo licitatório e o contrato assinado pelo Distrito Sanitário Especial Indígena da Bahia (Dsei/BA) com uma locadora.

Em seu relatório, a CGU aponta indícios que podem comprovar ação criminososa. De acordo com a PF, poucas locadoras de veículos, todas com sede em Brasília, e pertencentes a uma mesma família, participaram da licitação que escolheu a empresa que prestaria serviços de transporte terrestre ao Dsei/BA. A vencedora, de acordo com as investigações, apresentou preços muito superiores aos de mercado, na época.

Segundo o PF e a MPF, a Sesai contratou a empresa San Marino Locação de Veículos e Transportes por quase R\$ 13 milhões acima do valor médio de mercado cobrado à época da assinatura do contrato. Além do sobrepreço, as investigações também apontam que a locadora já recebeu R\$ 6,5 milhões além da quantia que já deveria ter recebido – indicando possível superfaturamento por serviços não executados. O prejuízo com o sobrepreço, segundo os dois organismos, pode ser muito maior se for levado em conta que outros Dseis aderiram à ata de registro de preços definida pelo Dsei/BA.

A ata de registro de preços é um recurso que permite dispensar a abertura de novas licitações, possibilitando o uso em outras compras que tenham o mesmo objeto. De acordo com o Artigo 8º do Decreto 3.931/2001, "a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem".

CONT.



Em resposta à Divisão de Combate à Corrupção do MPF, que ajuizou a ação civil pública, a Justiça Federal autorizou em 21 de julho a indisponibilidade dos bens da San Marino, dos sócios proprietários da empresa, o bloqueio de cerca de R\$ 5 milhões e a suspensão do pregão e do contrato firmado. De acordo com a decisão, os efeitos do pregão ficaram suspensos e nova licitação deveria ter ocorrido no prazo máximo de 30 dias, o que ainda não foi feito. Enquanto isso, os serviços prestados pela empresa devem ser mantidos para assegurar a prestação do serviço de transporte de indígenas, excluindo-se, entretanto, o sobrepreço já identificado pela CGU.

Criada em outubro de 2010, a Sesai é responsável por desenvolver ações de atenção integral à saúde indígena e de educação, além de outras ações correlatas, incluindo saneamento e edificação, em articulação com os governos locais. No mês passado, o governo federal começou a discutir a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (Insi), que assumiria a execução das ações que integram a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Pnaspi), definida pela própria Sesai.



Primeira etapa de projeto apoiado pela Seind é concluída no rio Negro

SÍTIO D24AM, 25.09.2014

O objetivo é promover o desenvolvimento econômico e sustentável de populações como os povos indígenas

Manaus - Várias comunidades indígenas do rio Negro foram beneficiadas este ano, no Amazonas, com o fortalecimento das cadeias produtivas do artesanato, extrativismo e pesca. Lideranças de povos como Tukano, Baniwa, Baré e Piratapuya receberam apoio técnico para desenvolver potencialidades nessas áreas e em outras como o turismo, com atividades que vão desde a realização de oficinas, ao acompanhamento do processo de escoamento e comercialização dos produtos indígenas.

O apoio às ações territoriais é desenvolvido pelo projeto Território da Cidadania Indígena do Rio Negro, que é executado pela Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind) e parceiros, por meio do Comitê Gestor de Atuação Integrada entre o Governo do Amazonas e a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Lançado em 2008 pelo Governo Federal, o programa Territórios da Cidadania é desenvolvido com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O objetivo é promover o desenvolvimento econômico e sustentável de populações como os povos indígenas.

O Território da Cidadania Indígena do Rio Negro abrange uma área de 295 mil quilômetros quadrados e é composto pelos municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus). Uma empresa foi contratada pela Seind para a execução do projeto naquela região do Estado.

A população total é de 80 mil habitantes, dos quais 49 mil (61,87%) vivem na área rural. Os números são do MDA, que aponta ainda a existência de quase 3 mil agricultores familiares, sendo 54 famílias assentadas e 12 terras indígenas.

Dez oficinas

Nessa primeira etapa, o projeto priorizou a realização de uma série de oficinas (dez no total), cujo objetivo foi fazer o diagnóstico sobre o potencial produtivo dos beneficiários. Na comunidade Fonte Boa, por exemplo, localizada em São Gabriel e onde vivem 32 famílias, os indígenas solicitaram a construção de uma casa de farinha comunitária; abertura de um ramal; capacitação rural e aquisição de um barco (voadeira) para dar suporte ao turismo na localidade.

Lá, o trabalho abrange produtos como o açaí, piaçava, seringa, cipó titica e sorva (extrativismo); mandioca, banana, açaí cultivado, abacaxi, cana, macaxeira, pupunha e cará (agricultura); barragens para criação de tambaqui, matrinxã, peixes nativos e tilápia

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 171/ 2014

Brasília, 25 de setembro de 2014.

(piscicultura); visitação para conhecimento da cultura (turismo) e confecção de tipiti, remo, vassouras, arco e flecha, balaio, bancos, abanos e outros (artesanato).

Equipamentos

Até o fim deste ano está prevista a entrega de um automóvel do tipo pick-up em Barcelos, uma retroescavadeira em Santa Isabel e um ônibus em São Gabriel.



Boletim de Notícias - Edição nº 171/ 2014

Brasília, 25 de setembro de 2014.

Mutirão de documentação atende em Alta Floresta d'Oeste

SÍTIO TUDO RONDÔNIA, 25.09.2014

Os mutirões promovem a cidadania e a inclusão social de milhões de trabalhadores rurais em todo o país.

More Sharing Services Compartilhe | [Share on facebook](#) [Share on myspace](#) [Share on google](#)
[Share on twitter](#) [Share on orkut](#) [Share on email](#)

Servidores do Incra e da Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o apoio de diversos órgãos públicos, estão atendendo aos moradores da zona rural de Alta Floresta d'Oeste até o dia 2 de outubro, para emissão de documentos civis e trabalhistas.

No mutirão são emitidos gratuitamente registros de nascimento, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Cadastro de Pessoa Física, Carteira de Identidade, Carteira de Pesca Profissional Artesanal, cadastros para emissão de DAP's, emissão de Nota da Produtora Rural, registro no Instituto Nacional de Seguridade Social, concessão de benefícios de aposentadoria e salário maternidade, além da realização de palestras e outros serviços prestados à comunidade como fotos e fotocópias. Em Alta Floresta acontece também atendimento através da Sala da Cidadania Digital do Incra.

Os mutirões promovem a cidadania e a inclusão social de milhões de trabalhadores rurais em todo o país. Em Rondônia já foram realizados cerca de cem mil atendimentos, entre documentos emitidos, fotografias, fotocópias e palestras. Durante os atendimentos, as agricultoras e agricultores familiares têm direito à emissão de documentos que permitem o acesso às políticas públicas do Governo Federal, como obtenção de linhas de crédito para financiamento da produção.

Confira a seguir a programação (horário de atendimento: 8 às 16h):

25 de setembro de 2014

Local: Escola Municipal Boa Esperança – Distrito Vila Marcão

Abrangência: Todas as Linhas Rurais do Entorno do Distrito – Acampamento Betinho

26 de setembro de 2014

Local: Escola Municipal Pedro Aleixo – Distrito Santo Antônio

Abrangência: todas as linhas rurais do entorno do distrito e Acampamento Betinho

27 de setembro de 2014

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 171/ 2014

Brasília, 25 de setembro de 2014.

Local: Escola Municipal Izidoro Stedile - Distrito Izidolândia

Abrangência: todas as linhas rurais do entorno do distrito e assentamentos Rio Consuelo, Agnel Divino e Filadélfia

28 de setembro de 2014

Local: Escola Municipal Ana Nery – Distrito Porto Rolim

Abrangência: todas as linhas rurais do entorno do distrito, comunidades indígenas e comunidade quilombola Rolim do Guaporé

29 de setembro de 2014

Local: centro comunitário da igreja católica

abrangência: todas as linhas rurais do entorno do município, setor chacareiro e assentamento Santa Bárbara

30 de setembro de 2014

Local: Escola Municipal Maria Souza Pego – Distrito Gease

Abrangência: todas as linhas rurais do entorno do distrito

01 de outubro de 2014

Local: Escola Estadual Boatt Geraynny– Aldeia São Luiz – Terra Indígena Rio Branco

Abrangência: todas as comunidades indígenas e agricultores do entorno da escola

02 de outubro de 2014

Local: Escola Municipal José Basílio Da Gama – Linha 42,5

Abrangência: todas as linhas rurais do entorno da escola



Livro que fala sobre biopirataria e os povos indígenas será lançado nesta quinta em Campo Grande

SÍTIO MIDIAMAX, 25.09.2014

Mayara Sá

Conselheira Federal e presidente da Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (COPAI) da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), Samia Roges Jordy Barbieri, lança o livro "Biopirataria e povos indígenas", na tarde desta quinta-feira (25), às 15h20, no Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo.

O lançamento acontece durante a Conferência Estadual dos Advogados, que segue até amanhã (26). O encontro é voltado para advogados, juízes, promotores, procuradores, defensores públicos, acadêmicos e sociedade em geral.

Baseado em sua tese de doutorado, defendida em 2011, o livro escrito por Samia discute a prática da biopirataria, que transforma a biodiversidade em produto, em que são apropriados a cultura, saberes e medicina tradicional dos povos indígenas sem a repartição equitativa dos lucros obtidos com a venda dos mesmos.

Samia conta que decidiu falar da biopirataria, pois desejava abordar algo maior do que estamos acostumados a ver aqui em Mato Grosso do Sul, que é o conflito agrário. "Quero demonstrar que a gente vive em um país diverso, que tem seis biomas, e a gente está comprando a natureza em forma de produto. Só que a gente paga royalties para isso. E a contrapartida para os povos indígenas? O princípio dos direitos indígenas é a repartição dos benefícios, auferidos com a venda dos produtos que tenham conhecimento indígena", pondera.

A publicação expõe a existência desses dois mundos, onde, de um lado o capitalismo visa o lucro a qualquer preço, de outro, está o patrimônio cultural imaterial dos povos indígenas. "É preciso lutar para que os povos indígenas possam participar do desenvolvimento da sociedade mantendo sua identidade cultural preservada, buscando novos mercados consumidores", ressalta a advogada.

Ele lembra que as grandes organizações ao se apropriarem do conhecimento indígena já poupam dinheiro em pesquisa e não satisfeitos levam os extratos das plantas e depois cobram royalties por isso.

Os princípios dos direitos indígenas foram criado na RIO 92, durante a Convenção da Diversidade Biológica, para fazer uma lei que protegesse os recursos naturais, genéticos e do conhecimento indígena. O que não ocorre até hoje. "O assunto é tratado por medida provisória. É um absurdo", critica, pontuando que vivemos uma recolonização. "Eles vêm roubando o conhecimento milenar indígena", critica.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 171/ 2014

Brasília, 25 de setembro de 2014.

Para Samia, a ampliação da venda dos artesanatos e produtos indígenas incentiva a etnossustentabilidade e o etnodesenvolvimento.

Samia Barbieri também é autora do livro Os Direitos Constitucionais dos Índios e o Direito à Diferença, Face ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. As duas publicações são editadas pelo Grupo Almedina.

Divulgação

A obra "Biopirataria e povos indígenas" já foi lançada em agosto no CFOAB, em Brasília, e terá novo lançamento durante a Conferência Nacional dos Advogados, com a presença do ministro Carlos Ayres Britto.



Indígenas de RO podem concorrer a vagas reservadas e bolsas de estudos

SÍTIO RONDONOTÍCIAS, 25.09.2014

Após termo de cooperação firmado com o MPF, faculdade São Lucas oferece bolsas integrais a indígenas. As inscrições já estão abertas para os cursos que se iniciam em 2015

Porto Velho - Rondônia: As inscrições para o 1º processo seletivo de 2015 da faculdade São Lucas iniciaram-se em 1º de setembro e seguem até 10 de outubro. Entre as vagas oferecidas estão cinco reservadas a indígenas, com bolsas integrais, e os interessados podem se inscrever pelo site www.saolucas.edu.br/vestibular ou na sede da Faculdade São Lucas das 8h às 19h30. Os candidatos indígenas pertencentes a etnias de Rondônia não precisam pagar a taxa de inscrição do vestibular.

Nesse vestibular, a faculdade oferece os cursos de Fonoaudiologia, Odontologia, Enfermagem (bacharelado), Biomedicina, Fisioterapia, Direito, Ciências Biológicas (licenciatura e bacharelado), Nutrição, Administração e Ciências Contábeis.

As vagas reservadas e o incentivo por meio de bolsas integrais fazem parte de um termo de cooperação entre o Ministério Público Federal (MPF) e a Faculdade São Lucas, no qual a faculdade se comprometeu a oferecer, a cada ano, cinco bolsas integrais a indígenas, até o total de 25 vagas.

Neste ano, já foram oferecidas as cinco primeiras vagas e agora mais cinco vagas são oferecidas no novo processo seletivo para os cursos que se iniciam em 2015.

Para conseguir uma das cinco vagas, os indígenas precisam fazer o vestibular e os candidatos deverão atingir o índice de aprovação estipulado no edital do processo seletivo. A diferença, nesse processo seletivo, é que a concorrência ocorre somente entre indígenas.

Na seleção, os candidatos com notas mais altas em cada curso conseguirão a vaga até o limite de cinco cursos. Se não forem preenchidos os cinco cursos, abre-se a possibilidade do candidato com a segunda melhor nota conseguir a vaga. Mais detalhes no edital: <http://goo.gl/ad4z7v>

O procurador da República Leonardo Sampaio ressalta a importância de que os indígenas tenham acesso à educação superior para que possam contribuir cada vez mais com suas comunidades e, por isso, o acordo entre o MPF e a faculdade é uma importante iniciativa na busca por melhorias nas condições de vida dos povos indígenas.



MA – Quilombolas ocupam EFC há dois dias e iniciam greve de fome

SÍTIO JUSTIÇA NOS TRILHOS, 25.09.2014

Desde a última terça-feira (23), trabalhadores rurais de mais 35 comunidades quilombolas do Maranhão ocupam a Estrada de Ferro Carajás (EFC). A manifestação acontece no município de Itapecuru-MA, quilômetro 81 e cobra por medidas do governo federal para titulação dos territórios étnicos além de questionam o processo de consulta relacionado à duplicação da EFC, de concessão da empresa Vale S.A. (veja pauta de reivindicações completa).

De acordo com Diogo Cabral, advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Governo Federal ainda não respondeu aos anseios das mais de 35 comunidades quilombolas que exigem titulação de seus territórios étnicos. "Por outro lado, Governo Federal, por meio da Secretaria Geral da Presidência da República informou que somente negociará com as comunidades se for formada uma comissão quilombola, para debater os pontos em Brasília. Na mesma direção, a Vale ingressou com ação de reintegração de posse contra os acampados", esclarece.

Os quilombolas afirmam que não podem ir até a capital ausência de manifestantes enfraqueceria a ocupação. Representantes do governo só podem vir até o estado na próxima semana. Esse contexto garante que a ocupação tem tempo indeterminado e só terminará com respostas concretas.

Diante da ausência de respostas, os manifestantes se amarraram na ferrovia e iniciaram uma greve de fome. "Os povos quilombolas pedem o apoio de outros movimentos, de entidades e da sociedade para fortalecer a luta, precisamos que nossos direitos sejam reconhecidos e respeitados", afirma um manifestante.

—

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Pe. Dário.



Reservatório de Três Marias está em situação de alerta com a seca do Rio São Francisco

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.09.2014

A quantidade de água que chega hoje à represa é quase quatro vezes menor do que a liberada para atender a população

Márcia Maria Cruz, Estado de Minas

A seca da nascente do Rio São Francisco põe em situação de alerta o reservatório de Três Marias. Com a vazão afluente de 37 metros cúbicos por segundo, o volume de água recebido é um dos menores no período de seca, segundo séries históricas dos últimos 80 anos. Em outras palavras, a água que chega à represa é muito menor do que a quantidade fornecida à população, à indústria e à irrigação, o que pode fazer com que a Cemig feche parcialmente as comportas e libere menos líquido para captação.

A quantidade de água que chega hoje à represa é quase quatro vezes menor do que a liberada, cerca de 160 metros cúbicos por segundo. Em acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA), a Cemig vem adotando medidas estratégicas para que o volume útil não chegue a próximo de zero em novembro. Atualmente, esse percentual é de 5,58% – o menor se comparado às quatro principais represas do estado (Camargos, Nova Ponte, Irapé e Furnas). O volume útil é a quantidade para além do mínimo necessário para a geração de energia elétrica. A situação só não é pior do que a de Ilha Solteira, no Triângulo, que já usa 54% do volume morto.

Mesmo se chover o esperado neste mês e nos dois próximos não será suficiente para recompor as bacias hidrográficas e os reservatórios. "Se o período chuvoso for dentro do previsto, não significa que o nível dos reservatórios voltará ao normal, porque o déficit de precipitação, nos últimos meses, é muito grande", afirma a diretora de pesquisa, desenvolvimento e monitoramento das águas do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Ana Carolina Miranda.

A situação da represa de Camargos, no Rio Grande, também é preocupante, com volume útil de 7,41%. Já em Nova Ponte, no Rio Araguari, é de 18%. A situação mais tranquila é da represa de Irapé, no Rio Jequitinhonha, com 43,5%. Esse nível se deve às chuvas de dezembro na região. Ainda assim, a vazão afluente corresponde a 21% da média histórica, com a entrada de apenas 8 metros cúbicos por segundo. De acordo com o gerente de planejamento energético, Marcelo de Deus, a orientação é preservar a água para que o volume útil não atinja 0%. "É reduzir o que vai ser liberado para que a água dure até a chuva chegar."

Outras bacias

Assim como na Bacia do Rio São Francisco, a escassez de água também pode ser medida pelo
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 171/ 2014

Brasília, 25 de setembro de 2014.

baixo nível dos rios de outras bacias. Em Cataguases, o Paraíba do Sul está em 71 centímetros, quando o normal seria 113. Na Bacia do Rio Doce, o desnível ocorre em seis municípios: Colatina (de 78 cm para 32cm), Governador Valadares (de 174 cm para 112cm), Cachoeira dos Óculos (de 167 cm para 133cm), Ponte Nova (de 97cm para 65cm) e Ubaporanga (de 55 cm para 24). A seca levou 116 municípios a decretar situação de emergência, segundo a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

A previsão de chuva para três grandes regiões do estado não são animadoras, de acordo com o IGAM. De 800 a 1,2 mil milímetros na Região Central, entre outubro e março do ano que vem. No Campos da Vertentes e Vale do Paraíba, acima de 1,2 mil milímetros, e 800 milímetros na Região Nordeste.

O coordenador do Projeto Manuelzão Marcus Vinícius Polignano não vê a curto prazo nenhuma medida que possa minorar a situação da Bacia do Rio São Francisco. Ele defende a gestão integrada dos recursos hídricos do Velho Chico e dos afluentes, como ocorre na Bacia do Rio das Velhas. "Com a escassez de água, da nascente à foz, temos um rio morrendo. Temos sinais de agonia na represa de Três Marias."

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



Nota de apoio da RBJA às comunidades quilombolas do Maranhão

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.09.2014

A Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) manifesta sua solidariedade a mais de 35 comunidades quilombolas do município de Itapecuru Mirim (MA).

Desde a última terça-feira 23 de setembro, centenas de quilombolas estão ocupando a Estrada de Ferro Carajás, operada pela mineradora Vale S.A..

Em nome de suas comunidades, exigem do governo federal uma série de medidas que garantam o direito dos quilombolas maranhenses a seus territórios. Além disso, questionam o processo de consulta em relação à duplicação da ferrovia e os impactos da mesma.

Vários quilombolas que ocuparam os trilhos iniciaram uma greve de fome. As principais lideranças das comunidades foram intimadas com medida de reintegração de posse, mas não pretendem deixar a ferrovia até suas reivindicações serem atendidas por uma equipe interministerial.

A RBJA manifesta sua solidariedade à causa quilombola e a essas comunidades do Maranhão, que reconhecem estar em curso "um processo de extermínio" contra as comunidades negras do estado, seja por causa de vários assassinatos de lideranças, como por despejos, invasões de suas terras ou grandes projetos de investimento sem que haja consulta prévia, livre e informada dos moradores nos territórios.

A RBJA apela ao estado em seu papel de garante dos direitos de povos e comunidades historicamente discriminadas e vulnerabilizadas. Frente às denúncias dos quilombolas de Itapecuru Mirim a respeito da "omissão e falta de comprometimento" dos governos estadual e federal, recomenda proteção a essas comunidades, encaminhamento de respostas às suas reivindicações e garantias de direitos para suas lideranças criminalizadas e, hoje, processadas judicialmente.



Velho Chico: Cavalo passa, mas balsa não
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.09.2014

Velho Chico está tão vazio que encalha balsa, cavalo anda e poços secam

Queila Ariadne, O Tempo

Itacarambi. Em alguns pontos, já é possível atravessar o rio São Francisco a pé ou a cavalo. Mas, com tantos bolsões de areia, de balsa, a travessia está complicada. E esse não é nem de longe o maior dos problemas de quem mora em Itacarambi, às margens do Velho Chico. Com a seca prolongada, já falta água até mesmo para o consumo humano. Na comunidade do Pajeú, a 6 km do rio, o poço artesiano praticamente secou. "O rio fica baixo, a água não corre como antes e vem com muitos sedimentos que acabam entupindo os canos que levam a água até lá", explica o fiscal assistente do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), João Ricardo Ferreira Mota.

"Já ficamos até três dias inteiros sem água. Tem quatro meses que não tomo banho de chuveiro, porque a água não consegue subir. O recurso é o caminhão-pipa", conta João Dourado de Oliveira, 56, que não tem mais seus coqueiros nem pés de manga e laranja.

A comunidade Brejo do Santana também sofre com a falta d'água. Adésia Pinheiro das Neves, 49, mora com cinco crianças entre filhos e netos e tem renda mensal de R\$ 360, do Bolsa Família. "Antes, dava para pegar do poço, mas agora secou. O jeito é esperar o caminhão-pipa que a prefeitura manda uma vez por semana. A gente enche os galões e vai usando", conta Adésia.

Sueli Rodrigues dos Santos, 30, mora com marido e quatro filhos de 6, 9, 11 e 14 anos. "Agente ainda tá numa situação melhor, porque quando a água dos galões acaba, dá para ir de bicicleta tomar banho da casa da sogra", conta Sueli. A sogra dela mora a 5 km.

A assistente administrativo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater), Rodnéia Félix, conta que a ajuda poderia chegar mais longe e atender a mais pessoas, se a cidade conseguisse decretar estado de emergência. "Já mandamos o pedido várias vezes, anexamos o relatório de prejuízos de mais de R\$ 5 milhões, com fotos das lavouras, mas ainda não foi liberado", afirma.

A cidade que está em estado de emergência recebe ajuda do governo, inclusive caminhão-pipa, além de cesta básica e condições facilitadas para empréstimos bancários. No site da Defesa Civil de Minas Gerais, o pedido de Itacarambi aparece como arquivado. Pecuária. Os pecuaristas também estão amargando prejuízos. "Sem chuva, não tem pasto e o gado não engorda. Muita gente vende antes da hora, para o Mato Grosso. A queda no faturamento é de 50%", afirma Mota, que tem um pequeno laticínio.



Governo quer remover aldeias e alagar área indígena para construir usinas no Tapajós, por Felipe Milanez

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.09.2014

Estudo de Componente Indígena apresentado no Ibama contraria a Constituição Federal. Cabe agora à Funai se manifestar a respeito. Os Munduruku, cujas aldeias ficarão debaixo d'água, não fazem parte do processo.

por Felipe Milanez, CartaCapital

Desde a Ditadura Civil-Militar, mais especificamente, a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina, um projeto tão violento e ilegal contra os índios (portanto, contra a sociedade brasileira) não acontecia no Brasil. Para construir a Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós, além de alagar terras indígenas, governo ainda quer remover três aldeias do povo Munduruku, contrariando o artigo 231 da Constituição Federal.

Como disse o goleiro Aranha, no caso de racismo de que foi vítima pela torcida do Grêmio: "muita gente sofreu para que hoje isso estivesse na lei". No caso da remoção para barragens, quem sofreu, por exemplo, foram os Waimiri Atroari. Na época, durante o regime de Exceção, a ditadura cumpriu a lei. Havia uma previsão legal que permitia a remoção compulsória de povos indígenas no Estatuto do Índio (Lei 6001/73). Acontece que muita gente sofreu, e vieram os direitos constitucionais. A Constituição Federal, no parágrafo quinto do artigo 231, veta a remoção, e as únicas exceções possíveis são o caso de epidemia e catástrofe, ainda com referendo do Congresso Nacional. E os removidos devem retornar ao seu território em seguida.

O Ibama acabou de receber os Estudos do Componente Indígena referente à UHE São Luiz do Tapajós. O documento contraria diversos direitos indígenas e pode ser acessado aqui.

Além de tudo, parece ser cruel e mórbido, pois tenta fazer crer que os próprios indígenas estão de acordo com o que vai acontecer com eles. Aparentemente, o estudo foi realizado sem que a antropóloga responsável sequer pisasse em uma terra indígena para avaliar os impactos, e sem a consulta aos indígenas, como prevê a legislação internacional — temas que estão sendo, inclusive, debatidos na Assembleia da ONU em Nova York, onde Dilma Rousseff discursou ontem.

Seriam afetadas as Terras Indígenas Praia do Mangue e Praia do Índio e as Áreas km 43 (Sawré Apompu), São Luiz do Tapajós (Sawré Jiaybu), Boa Fé (Sawré Maybú, Sawré Dace Watpu e Sawré Bamaybú), além de indígenas e ribeirinhos que vivem nas vilas Pimental e São Luiz do Tapajós. Escreve a antropóloga que assina o laudo que "As manifestações diretas dos Munduruku foram coletadas junto a indivíduos e lideranças da etnia que se propuseram a conversar e participar de entrevistas informais fora de suas terras e em locais sempre determinados por eles." Ou seja: o estudo antropológico do componente indígena é realizado "à distância".

CONT.



Acontece que os Munduruku haviam solicitado participar “como interlocutores durante o trabalho da equipe, decisão de escolha feita pelo(s) cacique(s)”, e os caciques não foram consultados. Os indígenas haviam pedido também que houvesse mais tempo e esclarecimentos, o que foi ignorado pela equipe de pesquisa. A Funai não participou nem acompanhou os trabalhos, o que também era uma exigência dos indígenas. As entrevistas que a antropóloga diz ter feito foram feitas na cidade de Itaituba, sem os devidos esclarecimentos, antes da reunião de apresentação da equipe e, obviamente, sem a decisão de escolha pelo cacique. Alguns indígenas disseram ter entendido que as antropólogas estavam trabalhando para a Funai, pela forma como elas explicaram sobre o trabalho que estavam fazendo.

Pior: os Munduruku temiam que aldeias seriam alagadas e removidas, esse era um boato que circulava na região. Mas não puderam participar das discussões sobre o projeto.

Os fatos mais agressivos contra os povos indígenas contidos no estudo são os seguintes:

O reservatório se estabelecerá com o nível médio de água na cota 50 m, o que implica que as três aldeias relacionadas à Boa Fé (Dace Watpu, Sawré Maybú e Karu Bamaybú) a montante dos eixos de barramentos estudados serão afetadas diretamente, cabendo, portanto, ações de relocação das mesmas. Essa passagem está na página 229. As aldeias ficarão literalmente debaixo d’água

Se São Luiz, for construída, os Munduruku ainda vão perder áreas de cultura (roças, açaizais, etc.), terão alterados os locais para pesca, vão perder recursos alimentares, terão alterados locais de caça, locais de coleta de produtos vegetais e das espécies de pescado. Não serão poucas mudanças nas suas vidas que eles terão que enfrentar.

Os estudos do componente indígena foram protocolados no Ibama no dia 11 de setembro, feitos pela empresa CNEC WORLEYPARSONS ENGENHARIA S/A, e coordenado pela antropóloga Marlinda Melo Patrício. Dois biólogos também integram a equipe, contra a vontade dos indígenas que apresentaram restrições ao trabalho de biólogos dentro da área.

Recentemente, a Sociedade Brasileira de Arqueologia se posicionou de forma contrária ao licenciamento do projeto e cobrou uma postura ética de pesquisadores para o empreendimento, em carta publicada aqui no blog.

A Terra Indígena Sawré Muybu que será impactada, onde estão aldeias que terão que ser removidas, ainda não foi demarcada pela Funai, que senta em cima do processo há anos, numa velocidade evidentemente oposta a da realização dos “estudos” para a construção das usinas. O Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal de Itaituba contra a Funai e a União Federal pela demora na demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu, de ocupação tradicional do povo indígena Munduruku, localizada nos municípios de Trairão e Itaituba/PA, no médio curso do rio Tapajós. O procedimento se arrasta há 13 anos e foi paralisado inexplicavelmente ano passado quando quase todos os trâmites administrativos já estavam concluídos.

O Ibama enviou o Estudo do Componente Indígena para a Funai, e é difícil que os técnicos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 171/ 2014

Brasília, 25 de setembro de 2014.

responsáveis pelo licenciamento deixem passar essas ilegalidades nas análises. Politicamente, no entanto, pode ser que a Funai repita o mesmo erro histórico que cometeu em Belo Monte: desconsiderar a opinião técnica de seus funcionários para autorizar obra de interesse do governo, mesmo que seja contrária aos direitos indígenas. Estes funcionários da Funai, e que portanto trabalham para o Estado (e não para um governo), e são comprometidos com a defesa dos direitos constitucionais das sociedades indígenas, devem ter em mente que esta luta pelo Direito é uma luta em defesa de toda a sociedade.



Governo apresenta proposta do INSI, mas servidores rejeitam

SÍTIO CIMI, 25.09.2014

Para as entidades, o INSI representa a privatização da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), hoje responsável pela atenção à saúde dos povos indígenas

O polêmico projeto de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI) foi o principal ponto de pauta da reunião da Mesa de Negociação Permanente do Ministério da Saúde, que aconteceu na última quinta-feira, dia 18 de setembro. Presente na reunião, o secretário da Secretaria Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves, tentou explicar o teor da proposta, mas não convenceu os servidores federais, representados na ocasião pela Condsef, CNTSS e Fenaspes.

Para as entidades, o INSI representa a privatização da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), hoje responsável pela atenção à saúde dos povos indígenas. A natureza jurídica do INSI é de empresa pública de direito privado, tendo características de uma empresa da iniciativa privada dentro do serviço público. Uma prática combatida pela Condsef e por todo movimento sindical. Além do que, os servidores contratados para atuar no instituto seriam celetistas, como na iniciativa privada.

E a polêmica não fica por aí. Durante o processo de criação da Sesai - quando a atenção à saúde dos índios saiu das hostes da Funasa e foi transferida para o novo órgão -, o Ministério Público do Trabalho entrou com uma ação civil pública pedindo a condenação do governo federal, o que deu origem a um termo de conciliação judicial, cujo prazo de vencimento se encerra no dia 14 do mês que vem. O documento exige a realização de concurso público para a saúde indígena até esta data, sob pena de multa de R\$ 300 milhões pelo descumprimento do termo.

“Na contramão do termo de conciliação, o governo, além de não ter realizado concurso público, ainda quer contratar empregados públicos pela CLT. Não dá para aceitar”, ressalta o diretor de imprensa da Condsef, Fernando Lima.

ARGUMENTOS DO GOVERNO

O governo alega que encontra dificuldade para contratar profissionais dispostos a trabalhar em aldeias. A localização na maioria dos casos é remota; os profissionais muitas vezes precisam ficar muito tempo fora de casa, dependendo da região, até 60 dias; encontram dificuldade em falar o dialeto local (no Brasil são 274 línguas indígenas diferentes); e, principalmente, o trabalhador que vai para a aldeia precisa ter a aceitação dos representantes das comunidades.

A ideia do governo é contratar deliberadamente sem concurso público, aproveitando, inclusive,
CONT.



o contingente de profissionais existente na aldeia. "É necessário contratação de pessoal, mas sem terceirização e privatização. Queremos concurso público e condições dignas de trabalho para os servidores da saúde indígena", pontua diretor do Sindsep-PE, José Felipe Pereira.

A contratação sem concurso público também poderá favorecer o nepotismo e o cabide eleitoral. Além disso, é provável que nas aldeias não exista o montante necessário de profissionais qualificados para atuar na área, o que leva a crer que esses trabalhadores virão de fora do mesmo jeito e passarão pelos mesmos problemas enfrentados hoje pelos servidores federais.

Atualmente, a força de trabalho da saúde indígena é composta por apenas 2% de cargos efetivos (servidores federais), contra 85% de contratados por meio de convênios com organizações sociais e 10% de terceirizados.

ENCONTRO SETORIAL

Após a reunião da Mesa de Negociação Permanente do Ministério da Saúde, as entidades nacionais dos servidores promoveram um Encontro Nacional dos Servidores da Sesai. O evento aconteceu no auditório da Condsef, em Brasília, e reuniu 17 sindicatos, entre eles, o Sindsep-PE.

No encontro, as entidades esclareceram alguns pontos discutidos com o governo na reunião anterior. Apesar de a Condsef ter repassado a proposta de gratificação específica do setor em tempo hábil, o governo não a encaminhou para inclusão no Orçamento da União de 2015. Confira abaixo, principais encaminhamentos do encontro.

ENCAMINHAMENTOS

- Lutar contra a privatização da saúde indígena e em favor do concurso público;
- Subsidiar o MPT com argumentos jurídicos na Ação Civil Pública que condena o governo federal a cumprimento do Termo de Conciliação Judicial;
- Promover mobilização em Brasília, no dia 14 de outubro deste ano, durante audiência pública para apreciar a execução da sentença em Termo de Conciliação Judicial do MPT;
- Elaborar nota de esclarecimento e enviar para todas as filiadas sobre a legalidade ou ilegalidade da cessão de servidores para o INSI, caso seja criado;
- Denunciar a privatização da saúde indígena;
- Articular as Câmaras Municipais e as Assembleias Legislativas na promoção de Audiências Públicas para discutir a saúde indígena.



Conselho do povo Terena repudia a implementação do INSI

SÍTIO CIMI, 25.09.2014

Carta de repúdio a implementação forçada do Instituto Nacional de Saúde Indígena e ao desmonte de nossos direitos.

Nós, lideranças e caciques Terena, representantes de nossas comunidades, vimos a público denunciar e repudiar a tentativa de implementação do Instituto Nacional de Saúde Indígena e a maneira arbitrária e sem transparência com que os interessados em sua aprovação tem conduzido este processo.

O povo Terena é deliberadamente contra o INSI, pois na nossa opinião o problema nunca foi a estrutura da Sesai, mas sim o seu sistemático sucateamento. Sabemos que nem um décimo do recurso que a Sesai possui para execução de políticas de saúde foi utilizado neste ano inteiro enquanto crianças indígenas perecem em beiras de rodovias.

Além disso, a tentativa de implementação do INSI se trata de uma terceirização camuflada e um golpe a nossos direitos constitucionais e originários conquistados com o sangue e o suor de nosso povo.

O direito a saúde é um dever do Governo Federal tendo como instrumento de controle social o Ministério Público. Com o INSI as instâncias de controle dos povos indígenas são diretamente atingidas ficando o sistema de saúde a mercê de interesses privados.

Em último ponto o que foi chamado de consulta por parte dos interessados em passar as pressas o INSI, foi na verdade uma prática desleal de pressão com teores colonizadores, "arrebanhando" indígenas suscetíveis a traírem seu povo enquanto as bases das aldeias mal sabem o que esta acontecendo.

Não nos interessa nenhuma arapuca ou tentativa de aperfeiçoamento da proposta do instituto, nós como a segunda maior população indígena do Brasil e o maior distrito de saúde indígena do Brasil, através de nosso Conselho e organização legítima, repudiamos de forma total e clara o INSI, exigindo que a proposta seja retirada imediatamente e seja mantido o sistema de saúde indígena público ligado ao Sistema Único de Saúde.

Anunciamos que as organizações indígenas do Brasil e as comunidades estão preparadas para iniciar um grande movimento, seja através de retomadas, fechamento de BRs e deslocamento das lideranças até o congresso nacional, bem como acionarmos os meios jurídicos, caso a proposta do instituto seja aprovada.

Antes de morrer por falta de saúde iremos morrer lutando pelos nossos direitos e nosso território.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 171/ 2014

Brasília, 25 de setembro de 2014.

Povo Terena,

Povo que se levanta!

Conselho do Povo Terena, 25 de setembro de 2014.



Articulação Amazônia realiza encontro sobre Grilagem de terra e regularização fundiária

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.09.2014

A Articulação Amazônia iniciou anteontem (23) encontro com o tema "Grilagem de terra e regularização fundiária: implicações e desafios aos povos tradicionais da Amazônia". O evento segue até o dia 25, na Casa Regional das Irmãs de São José, em São Luís, no Maranhão

Elvis Marques – setor de comunicação da CPT

Ao longo desses três dias, representantes de oito estados amazônicos, entre agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), colaboradores da entidade, pequenos agricultores, pescadores, ribeirinhos, seringueiros e quilombolas partilham experiências e participam de oficinas de formação sobre a grilagem de terra e regularização fundiária.

"Quem somos? O que fazemos? O que trazemos na bagagem para partilhar?". Foi respondendo essas questões que o encontro se iniciou. Representantes do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom) puxaram cantigas do estado e que embalam as comunidades. Além disso, os quilombolas expuseram os conflitos enfrentados no estado, e como os grandes projetos tem impactado diretamente esses povos tradicionais.

Povos do campo e das florestas relataram inúmeras ameaças de morte e situações de conflito que ocorrem cotidianamente, entretanto, apesar dessas denúncias, uma frase marcou os discursos dos trabalhadores: "Não vamos desistir".

Experiências

O pescador Clovis Amorim da Silva foi um dos que reafirmaram a continuidade da luta, apesar dos intensos conflitos sofridos pela Comunidade Cajueiro Vila Maranhão, no interior da ilha de São Luís, onde vive com cerca de 400 famílias. Ali, o rápido crescimento urbano se tornou um inimigo. Segundo o trabalhador, as construções e, por sua vez o esgoto, têm poluído a água do mar. Com isso, o peixe tem ficado cada vez mais distante dos pescadores tradicionais.

Todavia, a poluição urbana não é a única preocupação da comunidade de Clovis. "Grilagem da terra, os portos e outros. Por conta dos portos e da dragagem (serviço de desassoreamento), os arrecifes e corais estão tudo encobertos por lama. Isso tem reduzido a pesca", conta o pescador, que tem cobrado ainda fiscalização dos órgãos de meio ambiente para que problemas como esse não ocorram.

"Nossa bandeira de luta é os territórios livres", afirma Catarino Santos, um dos representantes do Moquibom. Durante o período reservado para que os povos tradicionais falassem sobre suas

CONT.



experiências, o quilombola explicou como surgiu o Movimento Quilombola do Maranhão e como tem sido a atuação junto às demais comunidades quilombolas. “A articulação das comunidades quilombolas surgiu pela falta de representabilidade das comunidades maranhenses”, destaca. Além disso, Catarino lembrou que o preconceito e a criminalização dos movimentos sociais tem sido comuns no estado. “É um problema muito sério enfrentado pelas comunidades. Os movimentos são chamados de baderneiros aqui. Enfrentamos muito preconceito dos órgãos públicos”, denuncia.

No entanto, já ouviu aquela frase “A união faz a força”? Bom, Catarino ressaltou que o movimento quilombola tem lutado junto com os indígenas em defesa dos territórios.

Qual a situação fundiária das comunidades impactadas pelos grandes projetos?

Para responder essa pergunta, os participantes do evento foram divididos em três grupos. A partir daí, foi o momento em que os trabalhadores do campo falaram sobre os desafios, conflitos e quais iniciativas têm sido desenvolvidas para resolver esses problemas. Após essa conversa, o representante de cada grupo expôs, com o auxílio dos trabalhadores, como está a situação fundiária na comunidade em que essas pessoas vivem ou acompanham.

Nesta quarta-feira haverá um estudo sobre a regularização fundiária e o impacto dos grandes projetos sobre as comunidades quilombolas na região amazônica. Ainda será trabalhada a articulação camponesa do Tocantins frente ao avanço dos grandes projetos. Já os representantes do Mato Grosso abordaram a recuperação das nascentes no enfrentamento aos grandes projetos.



Denúncia e Solicitação de Providências ao grave Conflitos e Ameaça à Comunidade de Caraíba no Norte de Minas Gerais

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.09.2014

Prezados e Prezadas Senhores e Senhoras

Ao Ministro da Justiça Dr. José Eduardo Cardoso

À Ministra da SEPPIR Dra. Luiza Helena Bairros

Ao Presidente da Fundação Cultural Palmares José Hilton Santos Almeida

Ao Presidente do INCRA Carlos Guedes

Cópia para MPE, Prefeitura Municipal de Maria da Cruz, Delegacia de Polícia de Januária, Ouvidoria Agrária, Conselho de Defesa de Direitos Humanos, Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa da Bahia, 6ª Câmara do MPF.

Excelentíssimos Senhores,

Tomamos conhecimento de grave situação de ameaça à Comunidade Remanescente de Quilombola e pescadores de Caraíbas, no município de Pedras de Maria da Cruz, Norte do Estado de Minas Gerais.

A comunidade denuncia que o fazendeiro conhecido como Antônio Aureliano Ribeiro de Oliveira (Fazenda Boa Vista e Santo Antônio) tenta impedir a passagem de transeuntes pela "estrada real" reivindicando a propriedade sobre a mesma. Trata-se da única via de acesso entre as comunidades locais e sede do município de Pedras Maria da Cruz, essencial para garantir o acesso os comunitários aos serviços de saúde, educação, abastecimento, acesso ao cemitério e suprir às necessidades básicas de sobrevivência. Situa-se em área de domínio da União e já é objeto do inquérito civil promovido pelo Ministério Público.

Inconformado com a investigação ministerial e com a resistência da comunidade, o fazendeiro é acusado de planejado ações violentas visando intimidar as lideranças e impedir o acesso da comunidade. Desde o dia 21 de Setembro de 2014 a comunidade tem relatado que jagunços armados foram vistos nas proximidades da comunidade em companhia do Sr. Marcos Ribeiro Gusmão, que apresentou-se como gerente da fazenda Boa Vista e Santo Antônio e ameaçou assassinar lideranças da comunidade.

A situação agrava-se, pois existe indícios de vinculação de policiais militares nas práticas violentas denunciadas, aumentando o clima de terror na comunidade, e elevando a responsabilidade do Estado.

Diante do iminente risco à vida e integridade física das lideranças locais requeremos a uma ação eficaz e urgente das autoridades para defender a vida e integridade física dos comunitários, investigar e punir os culpados e garantir o direito reclamado.



Boletim de Notícias - Edição nº 171/ 2014

Brasília, 25 de setembro de 2014.

CONT.

Nestes termos, aguardamos resposta.

Conselho Pastoral dos Pescadores



Projeto para índios e comunidades tradicionais seleciona instituição

SÍTIO PORTAL BRASIL, 25.09.2014

Banco Mundial financia ações visando reduzir os processos de desmatamento e degradação florestal em países tropicais

O processo de seleção da agência executora nacional, que irá gerir o projeto Mecanismo de Doação Dedicada para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais no Brasil (DGM-Brasil), ganhou novo prazo. As instituições interessadas podem enviar as propostas até 3 de outubro para o e-mail brasildgm@gmail.com.

O DGM-Brasil, desenvolvido pelo Programa de Investimentos Florestais (FIP), tem como objetivo financiar ações visando reduzir os processos de desmatamento e degradação florestal em países tropicais. O projeto está sendo estabelecido para apoiar a participação dos povos indígenas e comunidades locais no desenvolvimento das estratégias de investimento, programas e projetos do FIP, além de promover modos de vida sustentáveis e adaptativos.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é parceiro do Banco Mundial nesta iniciativa, juntamente com a Fundação Nacional do Índio (Funai). A instituição selecionada atuará como secretariado do Comitê Gestor do Projeto.

A proposta da instituição interessada deve conter descrição das atividades já realizadas, apresentação da metodologia de trabalho e a lista e currículos de profissionais por área de especialização. A comissão de avaliação analisará as propostas recebidas dentro do prazo com base na adequação aos termos de referência.

A instituição que tiver maior pontuação, entre os critérios de experiência, metodologia de trabalho, qualificações e competências da equipe, será convidada para as negociações e apresentação de proposta financeira. O Banco Mundial assinará um acordo de doação com a instituição selecionada.

Fonte:

Ministério do Meio Ambiente



Boletim de Notícias - Edição nº 171/ 2014

Brasília, 25 de setembro de 2014.

Visita à comunidade quilombola encerra Encontro de Defensores do Maranhão

SÍTIO 180 GRAUS, 25.09.2014

Com uma visita técnica à comunidade tradicional de matriz africana Juçatuba, localizada a 19 km da sede do município de São José de Ribamar, foi encerrado o I Encontro de Defensores Públicos para discutir a Questão Quilombola no Maranhão, promovido pelas Defensorias Públicas do Estado (DPE/MA) e da União (DPU), Secretaria de Igualdade Racial e Comunidades Tradicionais (Seir) e Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconeruq).

Participaram do evento, realizado na sede da Escola Superior da Defensoria (Esdep/MA), defensores públicos, dentre outros operadores do Direito, gestores e representantes de instituições públicas e da sociedade civil, que militam na proteção e defesa dos direitos dessas comunidades.

Publicado Por: Igor Leonardo